

Artistas negros e indígenas são 30% dos aprovados pela Lei Paulo Gustavo

Beatriz Gomes

Produtores culturais do ABC aguardam ansiosos para receber o repasse financeiro fornecido pela Lei Paulo Gustavo para iniciar a criação de novas obras culturais na região. Entre os mais de 580 projetos já aprovados, cerca de 30%, ou 174 projetos, são comandados por negros e/ou indígenas, em atendimento às exigências do governo federal.

Entre esses projetos está o documentário ‘Os trilhos de ferro nas terras Ca’aguassu’, comandado pela socióloga Silvia Monice Muiramomi, ativista e integrante do Conselho Municipal de Igualdade Social. Silvia conta que o documentário reunirá relatos orais dos anciãos das terras indígenas, a narrativa da retomada do grupo Nhande vae’ate ABC a partir dos trilhos de ferro e a história e trajetória do grupo a partir do Caminho de Ca’aguassu, território ancestral que inicia em Mogi das Crizes e vai até Paranapiacaba.

Segundo a socióloga, o intuito do projeto é demarcar a territorialidade étnica e retomar a história ancestral dos povos indígenas na região e no município de Santo André, não só dos Guayaná-Muiramomi que são originários do território, mas de todos os povos migrantes que aqui residem. “São mais de 16 povos, pelo levantamento feito pelo Nhande vae’ate ABC”, destaca.

Silvia afirma que o objetivo é ampliar o olhar para história ancestral, do ponto de vista do recorte étnico-racial, bem como desconstruir o paradigma de que só existem indígenas nos territórios. “Queremos fazer isso chamando atenção do poder público para a problemática dos indígenas em contexto urbano, porque foram obrigados a abandonar seus territórios pela violência da ação do colonizador. Também damos visibilidade para as questões urgentes da emergência climática, o garimpo ilegal e a destruição da natureza, mostramos a recorrência dessas estratégias utilizadas para destruir a natureza e precarizar nossa qualidade de vida. A luta dos povos indígenas é uma luta em defesa da Mãe Terra” ressalta.

Religiões de matriz africana

Outro projeto aprovado em Santo André é o de José Eduardo Ferreira da Silva, babalorixá e responsável pelo projeto Educação de Axé. Segundo Silva, o trabalho servirá como manual para ensinar sobre religiões de matriz africana, em especial o candomblé. “O projeto começou no início de 2023, quando abri uma casa de candomblé, e os filhos dessa casa queriam aprender como se comportar dentro desta religião. Então comecei a escrever essas regras de etiqueta para a minha casa e, acabou surgindo a ideia de um livro para orientar e ajudar que entra no candomblé ou quer saber mais sobre a cultura”, reforça.

Ferreira conta ainda que a ideia é transformá-lo em um livro físico e ser divulgado em escolas, faculdades e comunidades africanas. “Queremos distribuir o livro de forma gratuita em toda a cidade, para que as pessoas ampliem seus conhecimentos sobre as religiões de matriz africana e deixem o preconceito de lado. Procurei ser muito objetivo na escrita do manual para ser algo simples de entender e de ser respeitado”, expõe.

Depósito para artistas

No total, as sete cidades do ABC irão disponibilizar cerca de R\$ 21 milhões para os projetos contemplados que devem ser depositados para os produtores culturais em datas diferentes em cada cidade.

Aqueles que foram contemplados na 1ª chamada em Santo André, que estão com documentação em ordem e assinaram o termo de execução cultural, terão acesso aos recursos até o final do janeiro. Os contemplados na 2ª chamada, com documentação em ordem e assinaram o termo de execução cultural, terão acesso aos recursos até o final do fevereiro deste ano

São Bernardo já publicou os projetos classificados para o repasse financeiro da Lei Paulo Gustavo, mas os projetos ainda vão passar por algumas etapas de seleção até a aprovação final. A previsão é que o repasse financeiro seja feito na primeira quinzena de março de 2024.

Em São Caetano, o repasse de R\$ 1.384.450,27 para os 52 projetos aprovados será realizado até o dia 26/1/2024. Já em Diadema, os R\$ 3,2 milhões que serão divididos para os 123 projetos devem ser depositados para os artistas no dia 8 de fevereiro.

Mauá teve 143 projetos aprovados, que receberão o repasse de R\$ 3.605.748,98 em fevereiro. Rio Grande da Serra contemplou 28 artistas que já receberam o depósito no dia 16 de janeiro. Já Ribeirão Pires é a única cidade da região que não possui data certa para repassar o financiamento para os 51 projetos selecionados.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3377132/artistas-negros-e-indigenas-sao-30-dos-aprovados-pela-lei-paulo-gustavo/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário

Seção: Cultura